



PARECER PRÉVIO Nº 160/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12644/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Beruri.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Maria Lucir Santos de Oliveira (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Gabriela Alves Miranda - OAB/AM 15056, Geicy Ingridy Guimaraes Lopes - OAB/AM 12642 e Lukas Traiber - OAB/AM 13930.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2688/2023-DIMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Beruri. Exercício de 2020.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas das Contas da Sra. Maria Lucir Santos de Oliveira**, responsável pela Prefeitura Municipal de Beruri, relativa ao exercício de 2020;

- 11- **Ata:** 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 3 de Outubro de 2023
- 13- **Especificação do quórum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.



PARECER PRÉVIO Nº 160/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 160/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 160/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 12644/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Beruri.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Maria Lucir Santos de Oliveira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Gabriela Alves Miranda - OAB/AM 15056, Geicy Ingridy Guimaraes Lopes - OAB/AM 12642 e Lukas Traiber - OAB/AM 13930.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2688/2023-DIMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Beruri. Exercício de 2020.

Recomendação. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Recomendar** à Câmara Municipal de Beruri que promova, no prazo descrito no art. 127, § 5º, da Constituição Estadual, o julgamento das Contas da **Sra. Maria Lucir Santos de Oliveira**, responsável pela Prefeitura Municipal de Beruri, relativa ao exercício de 2020;
- 10.2. **Determinar** consoante regra da Portaria n. 152/2021-GP, aos setores competentes a autuação de apenas um processo de fiscalização de atos de gestão, para julgamento dos achados levantados pela CI-DICOP (Relatório Conclusivo n. 165/2022-DICOP - fls. 1216/1254);
- 10.3. **Recomendar** à Prefeitura Municipal de Beruri que evite as falhas ocorridas durante a gestão da **Sra. Maria Lucir Santos de Oliveira** e observe as sugestões de melhoria lançadas na fundamentação desta proposta de voto;
- 10.4. **Dar ciência** do desfecho dos autos aos patronos da **Sra. Maria Lucir**



ACÓRDÃO Nº 160/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 160/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

Santos de Oliveira, à Câmara Municipal de Beruri e à Prefeitura Municipal de Beruri.

- 11- **Ata:** 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- **Data da Sessão:** 3 de Outubro de 2023
13- **Especificação do quórum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
13.1. **Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.
14- **Representante do Ministério Público:** Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral